

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 2

Terça-feira, 28 de Fevereiro de 1978

SUMÁRIO

MINISTRO DA REPÚBLICA

Decreto de 27 de Outubro de 1976:

Nomeia o Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações, da Região Autónoma da Madeira.

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 17/77/A

Regulamenta o trabalho de estrangeiros na Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional n.º 1/78/M:

Cria a Comissão de Informação Pública sobre Espectáculos de Cinema e Teatro realizados na Região da Madeira.

Decreto Regional n.º 2/78/M:

Introduz alterações ao Estatuto do Deputado.

Decreto Regional n.º 3/78/M:

Cria o Centro Regional de Saúde Pública da Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional n.º 4/78/M:

Autoriza a caça ao coelho bravo, dentro dos terrenos cultivados, durante todo o ano, na Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional n.º 5/78/M:

Cria o Centro Regional de Segurança Social da Região Autónoma da Madeira.

Decreto Regional 6/78/M:

Estabelece as medidas destinadas à satisfação das necessidades de transporte da população escolar.

Decreto Regional n.º 7/78/M:

Aprova o Estatuto do Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira (IBTAM).

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

MINISTRO DA REPÚBLICA

Decreto

Usando da faculdade conferida pelo n.º 5 do artigo 233.º da Constituição da República;

Nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Estatuto Provisório, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril:

Nomeio Secretário Regional do Equipamento Social, Transportes e Comunicações do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira o engenheiro Gonçalo Nuno Araújo.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Publique-se.

Presidência da República, 27 de Outubro de 1976. — O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, Mário Soares.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA REGIONAL

Decreto Regional n.º 17/77/A

de 28 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 97/77, de 17 de Março, regulamentou o trabalho de estrangeiros em território português. E fê-lo em termos tais que consegue uma política de «porta aberta» na prestação

de trabalho de estrangeiros. As razões — expressas no preâmbulo — seriam a adequação ao princípio da equiparação dos direitos estabelecidos na Constituição em relação aos Portugueses e a possibilidade de essa mão-de-obra contribuir como factor de desenvolvimento económico.

Todavia, já não se vislumbra como e quando o referido princípio liberalizante possa ser temperado com certa forma de *contrôle* das condições de recrutamento, se é certo que o poder discricionário que a Administração detinha nos diplomas anteriores, corporizado na aproximação casuística do requerimento formal da autorização de trabalho — esse, sim, facultando uma eventual correcção dos casos em que o trabalhador estrangeiro pretendia ocupar um posto onde a procura nacional era grande —, não existe obviamente no Decreto-Lei n.º 97/77.

Porém, no caso concreto da Região Autónoma da Madeira, sucede que no regime anterior era o então governador civil que concedia ou não as autorizações de trabalho. Com a publicação do diploma que ora se regulamenta, verifica-se ser o executivo madeirense quem desempenhava tais atribuições.

Acontece, no entanto, que o decreto-lei em apreço é omissivo quanto a competência do Governo Regional da Madeira não só para autorização excepcional de trabalhadores (v. n.º 2 do artigo 2.º), mas igualmente quanto ao destinatário do requerimento [alínea b), n.º 1, do artigo 2.º], obrigatoriedade do duplicado da relação de estrangeiros (n.º 2 do artigo 7.º), comunicação de serviços de carácter eventual (n.º 1 do artigo 3.º), para as empresas que tenham na Região a sua sede ou de qualquer forma desempenhem actividades neste âmbito regional.

Por outras palavras, é lógico que a competência para recepção e registo dos contratos e toda a apreciação da matéria atinente ao trabalho de estrangeiros enumerados no parágrafo anterior seja atribuída à Secretaria Regional do Trabalho, até porque, repete-se, era esta entidade que, de facto, apreciava os requerimentos anteriores ao Decreto-Lei n.º 97/77, de 17 de Março.

Nesta conformidade, é necessário e útil regulamentar o decreto-lei, em ordem tão-só a adequá-lo à realidade e ao estatuto político-administrativo da Região Autónoma, sem que se altere materialmente o seu conteúdo, nem se ofendam normas constitucionais.

Assim, a Assembleia Regional da Madeira, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição da República, decreta o seguinte:

Art. 1.º — 1 — As entidades patronais a que se

refere o n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/77, de 17 de Março, desde que exerçam actividade no território da Região Autónoma da Madeira, deverão requerer o registo do contrato a que faz referência a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º à Secretaria Regional do Trabalho do Governo Regional da Madeira.

2 — A mesma obrigação impenderá sobre as mencionadas entidades nos casos previstos no n.º 2 do artigo 2.º e no n.º 1 do artigo 9.º.

Art. 2.º De igual modo, o destinatário do duplicado a que se faz referência no n.º 2 do artigo 7.º do decreto-lei será a Secretaria Regional do Trabalho.

Art. 3.º As taxas devidas por cada registo de contrato previstas no n.º 3 do artigo 5.º serão cobradas nos serviços competentes da Secretaria Regional do Trabalho e constituirão receitas da Região, conforme dispõe o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 22/77, de 18 de Janeiro.

Art. 4.º 4.º A Secretaria Regional do Trabalho compete dar cumprimento e fazer cumprir o conteúdo prescritivo do diploma que se regulamenta, designadamente aos quesitos enumerados no artigo 2.º e ao cominado nos artigos 5.º e 8.º e n.º 3 do artigo 9.º.

Art. 5.º Este decreto regional entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 29 de Novembro de 1977. — O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 10 de Dezembro de 1977.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 1/78/M

de 17 de Janeiro

Criação de uma comissão de informação pública sobre espectáculos

A legislação em vigor sobre espectáculos, nomeadamente de cinema e teatro, não dispensa, bem pelo contrário, aponta para a necessidade de cada vez melhor informar as populações sobre os programas que se oferecem à sua opção. Não está, porém, institucionalizado um método de informação pública através de comissão competente isenta e responsabilizada para o exercício desta impor-

tante missão. O presente decreto regional visa colmatar esta falta, traçando as linhas gerais de acção da comissão para o efeito criada, deixando-lhe, porém, em função da experiência obtida, a possibilidade de se organizar em termos de eficácia.

Deste modo, usando da faculdade conferida nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Art. 1.º — É criada a Comissão de Informação Pública sobre Espectáculos de Cinema e Teatro Realizados na Região da Madeira.

Art. 2.º A Secretaria Regional de Educação e Cultura nomeará a Comissão referida no artigo anterior e aprovará o seu regulamento.

Art. 3.º — 1 — A qualificação e o número dos elementos da Comissão ficam ao critério da Secretaria Regional de Educação e Cultura.

2 — Da Comissão deverão, no entanto, e sempre que possível, fazer parte:

- a) Um pedagogo, representando a Secretaria Regional de Educação e Cultura, que presidirá;
- b) Um representante da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde com formação sociológica e ou psicológica;
- c) Um elemento com formação em artes plásticas;
- d) Um representante das associações de pais e encarregados de educação;
- e) Um representante da Igreja Católica;
- f) Um representante da juventude;
- g) Um representante dos órgãos de comunicação social.

Art. 4.º A Comissão exercerá funções pelo período de um ano, podendo os seus membros ser reconduzidos por igual período de tempo ou substituídos em qualquer momento, segundo critérios de assiduidade e eficiência a definir no seu regulamento interno.

Art. 5.º A Comissão será subsidiada para o eficaz exercício da sua missão, e os seus componentes, quando no exercício de funções relacionadas com esta missão, ficam dispensados de outras funções públicas.

Art. 6.º Os empresários ou outros responsáveis pela realização de espectáculos de cinema ou teatro na Região comunicarão à Comissão de In-

formação os respectivos programas com antecedência útil, constando desta comunicação os seus conteúdos e fichas de apreciação crítica, bem como deverão facilitar às suas subcomissões a assistência a antestreias.

Art. 7.º A Comissão de Informação enviará os seus pareceres para divulgação aos órgãos de comunicação social.

Art. 8.º A actividade da Comissão de Informação deverá exercer-se com prioridade relativamente aos filmes classificados «para maiores de 18 anos» e, bem assim, aos que por sua qualidade de tornem aconselháveis.

Art. 9.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 13 de Dezembro de 1977.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 30 de Dezembro de 1977.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 2/78/M

de 13 de Fevereiro

O Decreto Regional n.º 3/76/M, de 10 de Dezembro, referente ao Estatuto do Deputado, veio dar execução às disposições constitucionais estatutárias respeitantes aos Deputados regionais.

A prática demonstrou, porém, que algumas das suas disposições, à partida justas e pertinentes, vieram a revelar-se pouco adequadas à realidade.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição e dos artigos 22.º e seguintes do Estatuto Provisório da Região Autónoma da Madeira (Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril), a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º Os artigos 8.º, 14.º e 23.º do Estatuto do Deputado, aprovado pelo Decreto Regional n.º 3/76/M, de 10 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

ARTIGO 8.º

(Subsídio mensal)

1 — Os Deputados têm direito a receber um subsídio mensal equivalente à letra H do funcio-

nalismo público, sendo o do Presidente da Assembleia equivalente à letra A, bem como dois subsídios extraordinários, cada um deles de valor igual ao do subsídio mensal, nos meses de Junho e Dezembro.

2 — Os Deputados têm direito a receber uma senha de presença, por dia de reunião plenária a que compareçam, correspondente a 340\$.

3 —

ARTIGO 14.º

(Abonos complementares)

1 — O Presidente da Assembleia Regional receberá um abono mensal equivalente a um quinto do respectivo subsídio e terá direito a requisitar uma viatura sempre que tal se justifique.

2 — Os Vice-Presidentes da Assembleia e os Secretários da Mesa receberão, por cada dia de exercício de funções, um abono correspondente a um terço do respectivo subsídio diário.

3 — Ao Secretário da Mesa em exercício de funções continuas, nos termos regimentais, por delegação do Presidente da Assembleia, será abonado o correspondente a um terço do respectivo subsídio mensal.

ARTIGO 23.º

(Encargos)

1 —

2 —

3 — Para efeitos dos números anteriores, não são considerados encargos os vencimentos e subsídios optados nos termos do artigo 11.º do Decreto Regional n.º 3/76-M, de 10 de Dezembro.

Art. 2.º — O presente decreto regional entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação e produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 1977.

Aprovado em 10 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 23 de Janeiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 3/78/M

de 13 de Fevereiro

1 — No contexto da autonomia e no reconhecimento da necessidade de uma acção integrada em matéria de saúde, foi criada, através do Decreto Regional n.º 11/77/M, de 13 de Outubro, a Direcção Regional de Saúde, desde logo incumbida de promover a integração dos serviços de saúde existentes na Região Autónoma.

2 — A organização anterior revelou-se inadequada, nomeadamente no que respeita às múltiplas dependências responsáveis por duplicações desnecessárias e onerosas e por lacunas indesejáveis.

Em todo o caso, apontou duas linhas de orientação bem definidas, enquadráveis num sistema desejável, que se traduziam, por um lado, na existência de estabelecimentos e serviços orientados para a medicina preventiva ou mesmo curativa em regime ambulatorio e, por outro lado, nos estabelecimentos exclusivamente ligados à medicina curativa com predomínio do internamento.

3 — Salientam-se entre os primeiros os serviços médico-sociais, separados ao abrigo da Portaria n.º 431/76, de 20 de Julho, do Ministério dos Assuntos Sociais, e constituídos pelos serviços centrais de acção médico-social da Caixa de Previdência e das caixas de empresa e de actividade, englobando as unidades médico-sociais da Caixa de Previdência, das Casas do Povo e da Caixa de Previdência dos Profissionais de Pesca.

São também incluídos os postos clínicos da Câmara Municipal do Funchal, os centros e serviços especializados, as delegações de saúde pertencentes à extinta Junta Geral e sob orientação da Inspecção de Saúde e os dispensários materno-infantis na dependência do Programa de Protecção Materno-Infantil, sob tutela administrativa da Comissão Distrital de Assistência.

4 — Entre os segundos destacam-se os hospitais da Região, que à semelhança do objectivo pretendido através do presente diploma, já foram enquadrados no Centro Hospitalar do Funchal através do Decreto Regional n.º 3/77/M, de 23 de Março.

Apenas foram excluídos do Centro Hospitalar os hospitais concelhios, por se entender que, no contexto em que se enquadram, têm sede própria no âmbito deste diploma, sem que isso traduza um menor aproveitamento de todas as potencialidades que oferecem.

5 — Assim, são agora abrangidos todos os estabelecimentos e serviços de saúde da área da Região que não foram integrados no Centro Hospitalar do Funchal.

Tal medida, porém, não exclui o reconhecimento do carácter complementar que entre todos existe, aliás já consagrado no aludido Decreto Regional n.º 11/77/M.

6 — Pretende-se apenas, atendendo às diferenças técnico-administrativas, definir formas de gestão adequadas, de modo a possibilitar o melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais comprometidos.

Cumprе salientar que nem todos os estabelecimentos abrangidos estão aptos a ser inseridos no processo, sem profundas alterações.

7 — No que respeita ao pessoal, depara-se de igual modo diversidade de estatutos com reflexos mais significativos no nível de remunerações.

Também aqui se pretende a uniformidade, tendo de admitir-se, em todo o caso, que as divergências existentes terão de ser progressivamente superadas, pois exigem recursos, sobretudo financeiros, de momento inoportunos, até pelo seu envolvimento com serviços não abrangidos.

Tenha-se em conta que o equilíbrio terá de ser encontrado aos melhores níveis já definidos.

8 — A autonomia própria de cada serviço inserido no esquema terá de ser aferida pelas vantagens em manter serviços de acção comuns, de molde a propiciar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e a mais fácil equacionamento e resolução dos problemas correntes.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela alínea *b*) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É criado o Centro Regional de Saúde Pública da Região Autónoma da Madeira, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

Artigo 2.º — 1 — O Centro Regional de Saúde Pública visa a gestão racional e integrada dos centros e serviços de Saúde da Região e dos serviços médico-sociais integrados por força da Portaria n.º 431/76, de 20 de Julho.

2 — Será dotado dos órgãos e serviços necessários ao prosseguimento dos seus fins.

3 — Deverá articular a sua actuação com o Centro Hospitalar do Funchal, com vista à promoção de uma política de saúde unificada, ao melhor aproveitamento dos meios disponíveis e à comodidade dos utentes.

Artigo 3.º — 1 — Ficam integrados no Centro Regional de Saúde Pública os estabelecimentos e serviços oficiais da área da Região, nomeadamente os serviços médico-sociais referenciados no n.º 1 do artigo precedente, os hospitais concelhios, os centros e serviços de saúde especializados, a Inspeção e as delegações de saúde e os dispensários materno-infantis.

2 — Os centros e os serviços particulares poderão ser integrados nos termos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto Regional n.º 11/77/M, de 13 de Outubro.

Artigo 4.º — 1 — O pessoal do Centro Regional de Saúde Pública fica sujeito ao Estatuto da Função Pública, ficando porém o pessoal que transite dos serviços médico-sociais condicionado aos pressupostos previstos no Decreto Regulamentar n.º 65/77, de 21 de Setembro, com as necessárias adaptações.

2 — Quando transitar de outros serviços, manterá os direitos e regalias que vinha auferindo, designadamente o de continuar a descontar para a instituição de previdência em que estava inscrito, contando-se, para efeitos de aposentação, o tempo de serviço prestado nos termos da legislação em vigor.

3 — Para preenchimento dos quadros poderão ser recrutados funcionários de outros serviços por requisição ou em regime de comissão de serviço.

Artigo 5.º — O presente decreto regional será objecto de diploma regulamentar.

Artigo 6.º — O Centro Regional de Saúde Pública ficará em regime de instalação pelo prazo de um ano, renovável, nos termos do artigo 79.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro.

Aprovado em 3 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 23 de Janeiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 4/78/M

de 15 de Fevereiro

Considerando que nas zonas rurais da Região Autónoma da Madeira certos terrenos de cultivo estão a ser infestados de coelhos bravos, causando enormes prejuízos às culturas que aí se praticam;

Considerando que, em muitos casos, em consequência disso, muitos agricultores têm vindo a abandonar a exploração desses mesmos terrenos;

Considerando que estes animais, pelas características devastadoras que exercem sobre as plantas, constituem uma autêntica praga, da qual se torna necessário e urgente defender-se;

Considerando que durante o período normal da época de caça os caçadores preferem caçar em zonas referenciadas onde esta espécie abunda em maior quantidade, tendo ainda em conta a melhor via de acesso deparada;

Considerando que, embora a actual legislação permita a destruição dos animais nocivos à agricultura, essa formalidade exige condicionalismos burocráticos absolutamente dispensáveis, os quais dificultam grandemente a sua aplicação, não se pretende, no entanto, obstar à aplicação da generalidade dos princípios legais vigentes na matéria.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira aprova, para valer como decreto regional, o seguinte:

Artigo 1.º — Fica autorizada na Região Autónoma da Madeira a caça ao coelho bravo, dentro dos terrenos cultivados, durante todo o ano.

Artigo 2.º — A faculdade do artigo anterior é apenas atribuída ao dono do terreno ou a quem o cultiva.

Artigo 3.º — Mantém-se em vigor a demais legislação aplicável.

Artigo 4.º — O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 3 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 23 de Janeiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 5/78/M

de 24 de Fevereiro

1 — Na perspectiva da construção de uma nova estrutura no âmbito da segurança social, foi criada pelo Decreto Regional n.º 12/77/M a Direcção Regional de Segurança Social, desde logo incumbida de encetar as medidas conducentes à realização de uma política social que abranja toda a população presente, considerando cada pessoa como sujeito de segurança social.

2 — Com efeito, a concretização destes objectivos implica uma profunda reorganização das estruturas actuais dos sistemas de previdência e assistência sociais, exigida ainda pela necessidade de racionalizar a eficácia das acções comprometidas no presente por uma orgânica substancialmente caracterizada pela descoordenação e sobreposição de actuações desenvolvidas por serviços paralelos.

3 — Na circunstância, temos,, por um lado, o sistema da previdência social intimamente ligado ao conceito de seguro social, onde os benefícios subsistem, desde que haja lugar a contribuições prévias, ou uma proporcionalidade entre o quantitativo das contribuições e das prestações, e, por outro, o da assistência social, dedicado aos problemas da promoção sócio-cultural das populações, acolhendo no seu âmbito, necessariamente, a população desprotegida de qualquer esquema de previdência.

4 — No primeiro dos sistemas enquadram-se os regimes de previdência social destinados a proteger os trabalhadores subordinados dos sectores da indústria e dos serviços, trabalhadores independentes e ainda dos sectores agrícola e das pescas, praticados, respectivamente, pela Caixa de Previdência e Abono de Família, Casas do Povo e delegação administrativa da Caixa de Previdência dos Profissionais da Pesca, todos já desintegrados dos serviços de acção médico-social.

5 — No que se refere ao segundo dos esquemas, destacam-se os serviços de acção directa (SAD), serviços periféricos do Instituto da Família e Acção Social, que coordenam e fiscalizam as actividades das instituições e estabelecimentos de assistência que dedicam especial atenção à infância, juventude e terceira idade.

6 — Daqui impor-se a necessidade de se proceder à criação de um órgão coordenador de todas as actividades até agora confinadas às instituições

e serviços de previdência e assistência sociais, de modo a possibilitar a construção de um sistema unificado de segurança social que estabeleça a transição gradual de um esquema até agora baseado, respectivamente, na capacidade produtiva e no paternalismo, como forma institucionalizada de assistência pública, para outro, baseado nos direitos sociais de cada indivíduo.

7 — Tal medida, porém, não exclui o carácter de complementaridade que entre todos terá de existir nem o grau de autonomia que lhes vier a ser reconhecido, situações, aliás, já consagradas no Decreto Regional n.º 12/77/M.

8 — Uma vez que as actuais previdência e assistência sociais lutam com faltas graves de meios, que vão desde os financeiros até aos humanos, passando pelas instalações e equipamentos, não fará sentido que os existentes e a criar venham a ser subutilizados.

9 — Cumpre salientar que nem todas as instituições e serviços estão aptos a ser inseridos no processo sem profundas reestruturações.

10 — A política de pessoal depara-se igualmente uma diversidade de regimes jurídicos no que respeita à regulamentação do trabalho, com reflexos mais incidentes no nível das tabelas salariais.

Também aqui se pretende a uniformidade, tendo de admitir-se que as divergências existentes terão de ser progressivamente superadas, pois exigem recursos financeiros de momento incompatíveis, até pelo seu envolvimento com serviços não abrangidos.

11 — Temos, pois, que a mudança de uma situação de previdência e assistência sociais para um sistema de segurança social unificado ultrapassa o simples somatório dos sistemas existentes, para passar a constituir um objectivo capaz de assegurar serviços e prestações sociais que, sendo qualitativamente diferentes, venham a proporcionar a todos igualdade de oportunidades em todos os escalões da sua existência.

12 — Importa ainda referir a necessidade de normalizar o equipamento existente e fazer o seu aproveitamento racional através de métodos adequados. Neste domínio, os campos mais prementes são o tratamento automático, o transporte, a difusão de informação e a microfilmagem.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela alínea b)

do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a Assembleia Regional decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É criado o Centro Regional de Segurança Social da Região Autónoma da Madeira, dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa.

Artigo 2.º — 1 — O Centro Regional de Segurança Social visa a gestão racional e integrada dos sistemas de previdência e assistência sociais da Região.

2 — Será dotado dos órgãos e serviços necessários ao prosseguimento dos seus fins.

3 — Deverá assegurar o cumprimento, por parte das instituições particulares de assistência, dos objectivos da política social definida, quer de natureza técnica, quer quanto à qualidade dos serviços que prestam.

Artigo 3.º — 1 — Ficam integradas no Centro Regional de Segurança Social as instituições de previdência e serviços oficiais da área da Região, nomeadamente os serviços de previdência da caixa de previdência, os serviços de previdência rural coordenados pela delegação da Junta Central das Casas do Povo, os serviços de previdência a cargo da delegação da Caixa de Previdência dos Profissionais de Pesca, os serviços de acção directa, os estabelecimentos especializados e os de assistência dedicados à infância, juventude e terceira idade.

2 — As funções de previdência social até agora exercidas pela Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência, bem como das caixas de empresa e de actividade, serão integradas no Centro Regional de Segurança Social à medida que as respectivas estruturas orgânicas reúnem condições para o efeito.

3 — Os estabelecimentos particulares de assistência poderão vir a ser integrados nos termos do disposto no n.º 3 de Decreto Regional n.º 12/77/M.

Artigo 4.º — 1 — O pessoal afecto ao Centro Regional de Segurança Social fica sujeito ao regime do Estatuto da Função Pública, sendo, porém, aplicáveis ao pessoal dos quadros das instituições de previdência os condicionalismos previstos no Decreto Regulamentar n.º 68/77, de 17 de Outubro, do MAS, com as necessárias adaptações.

2 — Quando transitar de outros serviços, man-

terá os direitos e regalias que vinha auferindo, designadamente o de continuar a descontar para a instituição de previdência em que estava inscrito, contando-se, para efeitos de aposentação, o tempo de serviço prestado, nos termos da legislação em vigor.

3 — Para preenchimento dos quadros poderão ser recrutados funcionários de outros serviços, por requisição ou em regime de comissão de serviços.

Artigo 5.º — O presente decreto regional será objecto de diploma regulamentar.

Artigo 6.º — O Centro Regional de Segurança Social ficará em regime de instalação pelo prazo de um ano, prorrogável, nos termos dos artigos 79.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 413/71, de 27 de Setembro.

Aprovado em 3 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 23 de Janeiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 6/78/M

de 25 de Fevereiro

O cumprimento da escolaridade obrigatória é indissociável da garantia de meios de acesso à escola. Cumpre, pois, às competentes sedes de legislação coordenar os meios existentes, nos quais se incluem os transportes públicos. E dada a especificidade dos meios recrutáveis para o efeito na Região Autónoma da Madeira, há que criar um regime local próprio, não necessariamente coincidente com o disposto no Decreto-Lei n.º 404/77, de 24 de Setembro.

Daí atribuir-se ao Governo Regional a superintendência na matéria, a par de uma cooperação activa das câmaras municipais e dos responsáveis pelos estabelecimentos de ensino. E sem ser dispensado o que a legislação vigente faculta no tocante à possibilidade de imposição de serviços às empresas de transporte colectivo de passageiros, o respeito pelos princípios constitucionais obriga a prever também as respectivas indemnizações compensatórias.

Entende-se não haver razões sérias para distinguir entre o ensino oficial e o ensino particular,

visto que cada cidadão tem o direito de escolher para o seu educando o tipo de ensino que julgar mais adequado, independentemente das respectivas condições económicas.

Finalmente, é necessário manter-se a imprescindível articulação entre o Governo Regional e os serviços de acção social escolar.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, a Assembleia Regional da Madeira determina para valer como lei:

Artigo 1.º — 1 — O Governo da Região Autónoma da Madeira determina, para valer como lei:

Atender à satisfação das necessidades de transporte da população escolar quando:

- a) Entre os locais de residência dos alunos e os estabelecimentos de ensino público e particular que frequentam não existirem serviços de transportes colectivos;
- b) Na medida em que os meios de transporte colectivo se não mostrem adequados à satisfação das referidas necessidades de transporte.

2 — Para os efeitos referidos na alínea a) do número anterior, serão considerados os meios de transporte colectivo cujos terminais ou pontos de paragem se situem a distância não superior a dois quilómetros da residência dos alunos.

Art. 2.º Em cada concelho da Região Autónoma da Madeira, a respectiva câmara municipal organizará anualmente um plano de transportes escolares, através de uma comissão onde também participarão obrigatoriamente representantes dos conselhos directivos de cada um dos estabelecimentos de ensino público e particular, com efectiva satisfação das necessidades escolares na área do referido concelho.

Art. 3.º O plano de transportes referido no artigo anterior terá particularmente em conta o seguinte:

- a) A procura prevista para o ano lectivo seguinte;
- b) Dimensão e distribuição, no espaço e no tempo, das necessidades de transporte a satisfazer;
- c) Empresas que exploram as carreiras ou que, operando nas áreas a serem servi-

das, possam vir a explorar novas carreiras ou circuitos especiais;

- d) Locais onde possam situar-se os terminais ou as paragens intermédias;
- e) Preços e horários pretendidos, assim como outras condições de transporte;
- f) Possíveis alternativas.

Art. 4.º — 1 — O plano mencionado no artigo 2.º deverá ser enviado ao Governo Regional até 1 de Abril de cada ano.

2 — Compete ao Governo Regional aprovar os planos de transportes escolares, inserindo as alterações que entender mais convenientes em função dos meios disponíveis, e após estabelecida a devida articulação com os serviços de acção social escolar.

Art. 5.º — 1 — No caso de alteração de itinerário, paragem de zona ou horários de uma carreira existente, o Governo Regional procurará obter o acordo da empresa respectiva e, se tal não conseguir, poderão ser impostas as alterações nos termos do artigo 97.º do Decreto n.º 37 272, de 31 de Dezembro de 1948, com a redacção que lhe foi introduzida pelo artigo 1.º do Decreto n.º 59/71, de 2 de Março.

2 — No caso da criação de uma nova carreira, o Governo Regional consultará as empresas de transportes colectivos rodoviários de passageiros que operam na zona.

3 — No caso de mais de uma empresa se declarar interessada, o Governo Regional observará o disposto no artigo 112.º do Decreto n.º 37 272, com a redacção que lhe foi dada pelo artigo 1.º do Decreto n.º 59/71, de 2 de Março.

4 — No caso de nenhuma empresa se declarar interessada na exploração de nova carreira, o Governo Regional poderá actuar nos termos do artigo 97.º do Decreto n.º 37 272.

Art. 6.º — 1 — O Governo Regional, no âmbito da sua competência e em função dos meios disponíveis, poderá ainda determinar a realização de circuitos escolares especiais com veículos pertencentes à Região Autónoma, ou a pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, ou a estabelecimentos de ensino particular ou cooperativas de ensino reconhecidas nos termos legais.

2 — O disposto no número anterior implica a remuneração da entidade proprietária do veículo.

Art. 7.º — 1 — Nos circuitos escolares especiais, criados nos termos do artigo anterior, o Governo Regional poderá prever o transporte de outras pessoas, além dos alunos, na medida em que haja lugares disponíveis e que, para a satisfação das respectivas necessidades de transporte, não disponham de transportes colectivos adequados.

2 — As pessoas transportadas nos termos do n.º 1 pagarão pelo seu transporte as tarifas estabelecidas pelo Governo Regional e que constituíam receita da Região.

Art. 8.º Todas as entidades transportadoras terão de observar, em matéria de responsabilidade civil, o disposto no Decreto n.º 37 272.

Art. 9.º — 1 — As empresas de transporte colectivo de passageiros concederão obrigatoriamente bilhetes de assinatura (passe escolar) para os estudantes abrangidos por este diploma.

2 — As disposições que regulam os bilhetes de assinatura, nomeadamente o seu preço, pagamento e ocupação de lugares, serão estabelecidas pelo Governo Regional depois de ouvidas as direcções dos estabelecimentos de ensino público e particular.

Art. 10.º — 1 — As empresas são obrigadas a assegurar o transporte de todos os estudantes portadores de bilhetes de assinatura, utilizando os indispensáveis desdobramentos, independentemente do condicionalismo referido no artigo 128.º do Decreto n.º 37 272.

2 — Sempre que às empresas transportadoras sejam impostas obrigações que impliquem desequilíbrio financeiro na exploração das carreiras, por motivo deste diploma, ser-lhe-ão atribuídas indemnizações compensatórias pelo Governo Regional, revistas anualmente ou quando se modificarem as condições que as determinaram.

Art. 11.º Enquanto os serviços do Instituto de Acção Social Escolar não estiverem regionalizados, o Governo Regional articulará com o referido Instituto a forma como na Região Autónoma este suportará os encargos, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 404/77, de 24 de Setembro.

Art. 12.º — 1 — As disposições do presente diploma aplicam-se a todos os estudantes do ensino

no primário, telescola, ciclo preparatório, secundário ou equivalente e magistério primário, quer oficial, quer particular.

2 — Compete ao Governo Regional regulamentar a atribuição dos benefícios contemplados neste diploma aos estudantes trabalhadores e aos que frequentam cursos nocturnos.

Art. 13.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 24 de Janeiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 10 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Decreto Regional n.º 7/78/M

de 28 de Fevereiro

O bordado, as tapeçarias e o artesanato em geral, são actividades fundamentais da economia da Região Autónoma da Madeira. Bastará ter em conta os 155 000 contos de exportação e os 30 000 contos de vendas do mercado interno, no que diz respeito aos bordados e tapeçarias. Quanto ao artesanato da obra de vimes, o valor das exportações ronda os 100 000 contos, além das vendas locais. Por outro lado, a actividade de bordados e tapeçarias ocupa à volta de 1600 trabalhadores nas fábricas e perto de 20 000 bordadeiras no exterior, enquanto a actividade de obra de vimes ocupa cerca de 3000 trabalhadores e 300 industriais, muitos em regime de exploração familiar.

Considerando que era necessário e urgente apoiar estes sectores na sua reestruturação a nível empresarial e na reconversão profissional dos excedentes da mão-de-obra, o Decreto Regional n.º 2/77-M, de 3 de Março, criou o Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira, determinando também que competiria à Assembleia Regional da Madeira a aprovação do seu estatuto.

O presente diploma dá cumprimento ao referido decreto regional e, consequentemente, define a estrutura orgânica, a competência e o funcionamento do Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, a

Assembleia Regional da Região Autónoma da Madeira determina, para valer como lei:

TÍTULO I

DO INSTITUTO

CAPÍTULO I

Das atribuições e competência

Artgo 1.º — 1 — Em execução do disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, e do Decreto Regional n.º 2/77/M, de 3 de Março, é criado o Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira (IBTAM), que exercerá as suas atribuições sem prejuízo das conferidas por lei ao Governo Regional da Região Autónoma da Madeira e das que pertençam a outros departamentos do Estado.

2 — O IBTAM fica na dependência do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira.

3 — O IBTAM tem a sua sede na cidade do Funchal e exercerá a sua actividade em toda a área da Região Autónoma da Madeira.

4 — O IBTAM poderá abrir delegações no território português e estrangeiro, sempre que o seu conselho administrativo o julgar necessário, depois de ouvido o conselho do artesanato.

Art. 2.º São atribuições do IBTAM:

- a) Incentivar e disciplinar as actividades do bordado, tapeçarias e artesanato da Madeira nas suas modalidades de produção, distribuição e comercialização;
- b) Prestar assistência técnica ao bordado, tapeçarias e artesanato da Região;
- c) Definir, em colaboração com as entidades competentes, a política de importação de matérias-primas;
- d) Defender o bom nome e controlar a qualidade do bordado, tapeçarias e artesanato da Madeira;
- e) Controlar, em colaboração com as entidades competentes, a entrada e comercialização do bordado, tapeçarias e artesanato de outras origens na Região, tendo em vista designadamente garantir a origem e a autenticidade dos produtos;

- f) Apoiar a promoção do bordado, tapeçarias e artesanato da Madeira;
- g) Controlar a exportação e a venda no mercado português dos bordados, tapeçarias e artesanato;
- h) Representar oficialmente o bordado, tapeçarias e artesanato da Região nas organizações internacionais e promover as relações inter-regiões e internacionais no referente aos mesmos ramos de actividade;
- i) Estimular a investigação no domínio do artesanato e produção de novas actividades artesanais, bem como do folclore, etnografia e antropologia da Região;
- j) Promover estudos e acções tendentes ao fabrico de matérias-primas para o bordado, tapeçarias e artesanato da Região.

Art. 3.º Para exercício destas atribuições compete ao Instituto:

- a) Definir regras sobre produção, distribuição e comercialização do bordado, tapeçarias e artesanato da Região, tendo como preocupações um impulso nestas actividades e o acesso justo à produção por todas as empresas do sector, sem prejuízo da competência própria dos órgãos de governo da Região;
- b) Controlar o pagamento aos intervenientes nos diversos processos de produção, distribuição e comercialização dos produtos;
- c) Definir, nos termos da alínea e) do artigo anterior, regras sobre a entrada e comercialização do bordado, tapeçarias e artesanato de outras origens na Região;
- d) Elaborar ,através dos seus departamentos e gabinetes próprios, estudos técnicos e económicos de interesse para o bordado, tapeçarias e artesanato;
- e) Promover e colaborar no estudo de novos desenhos e actualização de técnicas de produção, distribuição e comercialização, nomeadamente através de centros de *design*, escolas para formação de

monitores e profissionais especializados;

- f) Conceder assistência financeira e técnica às actividades sob a sua alçada;
- g) Atribuir prémios;
- h) Definir regras para avaliação da qualidade dos bordados, tapeçarias e artesanato;
- i) Verificar e controlar a qualidade dos tecidos a empregar no bordado da Madeira;
- j) Emitir boletins de registo de importação e exportação, bem como proceder às suas rectificações e prorrogações;
- l) Emitir certificados de origem e de garantia e proceder à selagem do bordado, tapeçarias e demais artesanato;
- m) Definir, em colaboração com as entidades competentes, a política de abastecimento de matérias-primas necessárias à laboração normal das actividades sob a sua alçada;
- n) Importar directamente e/ou armazenar matérias-primas, quando tal se justifique para o normal funcionamento das actividades do bordado, tapeçarias e demais artesanato;
- o) Promover a constituição de empresas de qualquer natureza, em especial de cooperativas e sociedades de economia mista, quando tal se torne necessário para a óptima produção das mercadorias que estão sob a sua alçada, bem como ainda para a expansão ou dimensionamento dos mercados e ainda para os casos previstos na alínea j) do artigo anterior;
- p) Promover a elaboração de acordos internacionais sobre materiais referentes a actividades artesanais;
- q) Organizar ou promover festivais, feiras de actividades artesanais, folclore e etnografia;
- r) Estabelecer estreita ligação com os diversos departamentos oficiais com atri-

buição em actividades artesanais, de modo a assegurar-se o melhor aproveitamento dos meios disponíveis;

- s) Colaborar na programação da actividade de museus relacionados com o bordado, tapeçarias e artesanato;
- t) Estimular e promover o desenvolvimento de publicações especializadas, conferências, colóquios ou seminários sobre bordados, tapeçarias e artesanato, folclore, etnografia e antropologia;
- u) Dar pareceres, informações e fazer propostas ao Governo Regional sobre assuntos relacionados com o bordado, tapeçarias e artesanato;
- v) Promover e organizar serviços para o registo industrial sobre desenhos e modelos empregados pelos produtores da Região nas actividades sob sua jurisdição, bem como promover à sua publicidade e criar centros de exposição com os meios ao seu dispor;
- x) O IBTAM poderá fixar preços mínimos a pagar à produção.

CAPITULO II

Dos órgãos do Instituto

Art. 4.º — 1 — O IBTAM goza de autonomia administrativa e financeira.

2 — São órgãos do Instituto o conselho administrativo, a direcção e o conselho do artesanato.

3 — A direcção é constituída por um presidente e dois vogais, que exercerão as suas funções sujeitos ao regime legal de acumulações vigente na função pública.

4 — O conselho administrativo é constituído pela direcção e dois elementos designados pelas unidades de produção, sendo um em representação do sector do bordado e tapeçarias e outro dos vimes e demais artesanato.

5 — O presidente da direcção é presidente do conselho administrativo.

6 — O IBTAM fica na dependência do Governo Regional da Madeira, a quem compete nomear o presidente da direcção e os dois vogais, sob proposta daquele.

7 — Os mandatos dos membros do conselho administrativo designados pelas unidades de produção têm a duração de quatro anos.

8 — O conselho do artesanato é constituído pelos seguintes elementos:

- a) Oito representantes do Governo Regional da Madeira, em representação das secretarias que tenham a seu cargo os serviços de indústria, agricultura, turismo e trabalho, dois por cada um dos referidos serviços;
- b) Um representante da delegação, no Funchal, do Fundo de Fomento de Exportação ou do organismo que o substitua;
- c) Três representantes das cooperativas, sendo um de cada um dos sectores do bordado e tapeçarias, vimes e demais artesanato;
- d) Três representantes dos sindicatos e três representantes de associações patronais de sectores de actividades diferentes no âmbito do IBTAM.

9 — O conselho do artesanato terá um presidente designado pelo Governo Regional da Madeira, apenas com voto de qualidade, e três vice-presidentes eleitos entre os membros do conselho do artesanato.

10 — Os elementos indicados nas alíneas c) e d) serão eleitos pelas cooperativas e respectivos sindicatos e associações patronais.

11 — A duração do mandato dos membros eleitos para o conselho do artesanato é de quatro anos.

12 — Os membros dos órgãos do Instituto não têm direito de voto sobre assunto que lhes diga pessoalmente respeito, podendo o sector em questão fazer-se representar por outro elemento que não tenha impedimento pessoal.

13 — Os membros do conselho administrativo integrarão o conselho do artesanato sem direito a voto.

Art. 5.º — 1 — A gerência do Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira compete à direcção.

2 — A direcção reunirá ordinariamente uma

vez por semana, de cujas decisões será lavrada acta, e considera-se legalmente constituída com a presença de dois dos seus membros.

3 — A direcção poderá reunir extraordinariamente sempre que o presidente o julgar conveniente, ou a pedido de qualquer dos seus membros.

Art. 6.º — 1 — Compete ,em cada ano, ao conselho administrativo elaborar:

- a) Os orçamentos ordinários e suplementares das receitas e despesas do Instituto;
- b) O plano de actividades;
- c) O plano de distribuição das verbas orçamentadas para assistência financeira;
- d) O relatório e a conta de gerência;
- e) Regulamentos para aprovação do Governo Regional.

2 — O conselho administrativo reunirá nos casos previstos neste diploma e considera-se legalmente constituído com a presença de três dos seus membros.

3 — O conselho administrativo poderá reunir extraordinariamente sempre que o presidente ou dois dos seus membros o julgarem conveniente.

Art. 7.º — 1 — Compete ao presidente do Instituto, mediante deliberação da direcção:

- a) Representar o Instituto em juízo e fora dele;
- b) Elaborar o quadro do pessoal técnico e proceder à sua contratação;
- c) Fornecer à Alfândega do Funchal o nome dos produtores e exportadores inscritos, para efeito de isenção de direitos.

2 — O presidente poderá delegar as suas funções em qualquer dos vogais.

3 — Para obrigar o Instituto é bastante a assinatura do presidente e de um dos vogais da direcção. No impedimento daquele é suficiente a assinatura dos dois vogais da direcção.

Art. 8.º — 1 — O conselho do artesanato funciona em reuniões ordinárias e extraordinárias.

2 — Em cada ano, o conselho deve reunir-se ordinariamente:

- a) Até 31 de Janeiro, para apreciar e aprovar o plano de assistência financeira;
- b) Até 31 de Março, para apreciar e aprovar o relatório e conta de gerência do ano anterior;
- c) Até 15 de Dezembro, para apreciar e aprovar o orçamento das receitas e despesas para o ano seguinte, bem como para deliberar sobre a atribuição de prémios e plano de actividades.

3 — As deliberações são sempre tomadas por maioria simples.

4 — O presidente será substituído nas suas faltas ou impedimentos por um dos vice-presidentes.

5 — Na ausência do presidente designado pelo Governo Regional, tem voto de qualidade o vice-presidente em exercício de presidência.

6 — A convite do presidente, poderão tomar parte nas reuniões do conselho, sem direito a voto, quaisquer individualidades cuja participação seja de interesse para os assuntos a tratar.

7 — Nas reuniões do conselho servirá de secretário, sem voto, um funcionário do IBTAM a designar pelo presidente do conselho do artesanato.

CAPITULO III

Dos serviços

Art. 9.º — 1 — O IBTAM disporá dos seguintes serviços:

- a) Departamento técnico;
- b) Departamento administrativo.

2 — Cada um destes departamentos terá as divisões convenientes que a experiência for considerando como necessárias.

TITULO II

Da actividade artesanal

CAPITULO I

Da produção

SECÇÃO I

Disposições gerais

Art. 10.º — 1 — Considera-se artesanato a

actividade humana de produção, transformação e reparação de bens ou de prestação de serviços realizados mediante um processo em que a intervenção pessoal constitua factor predominante, obtendo-se um resultado final individualizado que não se adapta à produção industrial totalmente mecanizada ou em grandes séries.

2 — São também considerados artesanato, para efeitos do presente diploma, os bordados e tapeçarias feitos à mão com pontos autorizados pelo IBTAM, bem como a obra de vimes.

3 — As dúvidas surgidas serão resolvidas pelo conselho do artesanato do IBTAM.

Art. 11.º — 1 — Produtor é a entidade singular ou colectiva que intervém no todo ou na parte final do processo de produção de um artefacto.

2 — Todo o produtor que faça do comércio ou da indústria profissão está obrigado a inscrever-se no IBTAM.

Art. 12.º — 1 — O bordado e tapeçarias da Madeira referidos no presente estatuto consideram-se como bordado e tapeçaria manual.

2 — Fica vedado em toda a Região o fabrico de bordado da Madeira e tapeçaria à máquina.

Art.º 13 — 1 — As matérias-primas e/ou acessórios da actividade artesanal, importados directamente pelo Instituto ou para depósito nos seus armazéns, no exercício da competência definida no artigo 3.º deste decreto, beneficiam de isenção fiscal nos termos das leis vigentes ou que venham a ser aplicadas à importação de matérias-primas para a indústria dos bordados, tapeçarias e artesanato.

2 — Todo o produtor inscrito no IBTAM pode beneficiar da isenção fiscal apontada no n.º 1 deste artigo, desde que os bens importados sejam depositados nos armazéns do IBTAM e o seu uso fiscalizado por este mesmo organismo.

3 — A transferência de matérias-primas e/ou acessórios nos termos do n.º 1, de produtor a produtor, só é permitida mediante autorização fundamentada da direcção do Instituto.

SECÇÃO II

Da assistência financeira e técnica

Art. 14.º — 1 — O IBTAM poderá garantir as-

sistência financeira a empresas produtoras de bordados, tapeçarias, artesanato e obra de vimes, nomeadamente para efeitos de reconversão, nos termos da resolução do Conselho de Ministros de 12 de Junho de 1975 ou da legislação que a venha a substituir.

2 — Poderá também garantir assistência financeira a todo o produtor que se proponha investigar sobre novas actividades artesanais ou sobre novas formas de produção das actividades existentes, ou ainda que pretendam investigar em maquinismos para a fabricação de novos artefactos reputados de interesse regional.

3 — O IBTAM pode ainda intervir como associado em empresas de economia mista, tanto para a produção como para a distribuição ou comercialização dos produtos artesanais.

4 — A assistência financeira poderá assumir, nomeadamente, a forma de fornecimento de matérias-primas ou de adiantamento para produtores inscritos.

5 — Além de assistência financeira própria, poderá o IBTAM colaborar, entre outras entidades, com o Secretariado Regional da Banca e com o IAPMEI, com vista ao financiamento de actividades artesanais com interesse para a Região.

Art. 15.º O IBTAM poderá garantir assistência técnica aos produtores inscritos, através dos seus serviços, mormente no que se refere a estudos de mercados e outros, núcleos de apoio a cooperativas e pequenos produtores e serviços de publicações, dentro dos meios com que venha a ser dotado.

CAPÍTULO II

Da distribuição e comercialização

SECÇÃO I

Da distribuição

Art. 16.º — 1 — Todo o distribuidor de produtos provenientes de actividades artesanais será obrigado a inscrição no Instituto.

2 — O IBTAM proporá ao Governo Regional, até 31 de Dezembro de cada ano, o contingente máximo de entrada de artesanato proveniente de outras regiões que não prejudique a produção regional.

3 — Todo o artesanato nas condições do número anterior será submetido aos serviços técnicos do Instituto, a fim de fiscalizar a sua qualidade e aposição de marcação.

4 — Na falta de um mínimo de qualidade exigível, de acordo com critérios a estabelecer pelos serviços técnicos do Instituto, será vedada a venda do produto no mercado local.

Art. 17.º — 1 — O IBTAM controla a qualidade dos bordados, tapeçarias e artesanato da Madeira em exposições no País ou no estrangeiro.

2 — A organização de exposições e feiras de actividades artesanais provenientes de outras origens na Região Autónoma da Madeira carece de parecer do Instituto.

3 — O parecer deverá ser recolhido com a antecedência mínima necessária à apreciação do pedido para a realização dos certames referidos no número anterior.

SECÇÃO II

Da comercialização

Art. 18.º — 1 — Ficam sujeitos à autorização do Instituto o comércio e a exportação do artesanato do arquipélago, sendo obrigatória a inscrição dos comerciantes no IBTAM.

2 — O Instituto estabelecerá preços mínimos e condições de venda, que os comerciantes serão obrigados a respeitar.

3 — É proibido conceder bónus ou vantagens especiais que fraudem os preços mínimos estabelecidos, seja qual for a razão ou pretexto invocados.

SECÇÃO III

Da publicidade e dos prémios

Art. 19.º — 1 — O IBTAM terá competência para fazer a propaganda do artesanato directamente ou através de empresas da especialidade.

2 — O IBTAM poderá, para efeitos de prospecção, conceder assistência financeira e/ou técnica ao produtor, distribuidor ou comerciante de artesanato.

3 — Adentro das funções de promoção dos produtos de artesanato da Região, compete ao Ins-

tituto, nomeadamente, organizar exposições, colaborar em certames da especialidade e promover o intercâmbio com organizações congéneres.

Art.º 20.º O Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira poderá atribuir os seguintes prémios:

- a) Prémios de qualidade e originalidade;
- b) Prémios de investigação;
- c) Prémios de exposição;
- d) Prémios de crítica;
- e) Prémios de exportação.

CAPITULO III

Dos meios financeiros

Art. 21.º Constituem receitas do IBTAM:

- a) As dotações especiais atribuídas pelo Estado e pela Região Autónoma da Madeira;
- b) O produto das multas aplicadas nos termos do artigo 30.º do presente diploma, antes de os autos serem enviados ao tribunal;
- c) As dotações, heranças ou legados;
- d) O produto de administração dos seus bens;
- e) Os dividendos resultantes da participação em sociedade;
- f) O produto da cobrança das taxas que lhe venham a ser atribuídas pelo Governo Regional da Madeira.

Art. 22.º O Governo Regional da Madeira pode autorizar o IBTAM a contrair empréstimos para o exercício das suas atribuições.

Art. 23.º As disponibilidades do Instituto serão aplicadas:

- a) Na manutenção da sua administração e serviços;
- b) Na assistência financeira a prestar nos termos do presente diploma;
- c) Na concessão de prémios;
- d) No pagamento dos demais encargos decorrentes da prossecução das suas atribuições.

Art.º 24.º O património do ex-Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira é transferido para as seguintes entidades:

- a) Para o Governo Regional é transferido o que ficará afecto a funções de assistência social e de previdência: propriedade do Vale Formoso e creche e jardim-de-infância anexos ao Conjunto Habitacional do Til;
- b) Aqueles valores que estão afectos ao Fundo Corporativo serão objecto de compensação entre débitos e créditos, cumprindo ao Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira estabelecer a forma e prazos de liquidação dos débitos e utilização dos créditos resultantes daquela compensação;
- c) O restante património é transferido para o Instituto do Bordado, Tapeçarias e Artesanato da Madeira, podendo o Bairro da Levada de Santa Luzia e o Conjunto Habitacional do Til passar aos seus utentes, nomeadamente em regime de propriedade resolúvel.

CAPITULO IV

Do pessoal

Art. 25.º — 1 — Transita para o IBTAM todo o pessoal do ex-Grémio dos Industriais de Bordados da Madeira que não opte pela sua integração na Associação dos Industriais de Bordados e Tapeçarias da Madeira.

2 — O estatuto do pessoal ao serviço do IBTAM será o do funcionalismo público.

Art. 26.º O estatuto dos membros do conselho administrativo será regulado pelo Governo Regional.

Art. 27.º — 1 — Podem exercer funções de carácter específico no IBTAM, em comissão de serviço, por período não superior a um ano ou pelo período do mandato, quando se tratar do exercício e cargo no conselho administrativo, funcionários do Estado e de outros institutos públicos, das autarquias locais, bem como trabalhadores das empresas públicas, os quais manterão todos os direitos inerentes ao seu quadro de origem, incluindo os benefícios de aposentação, reforma e sobrevivência, considerando-se todo o período de comissão como serviço prestado nesse quadro.

2 — Também os trabalhadores do IBTAM podem exercer funções noutra instituição pública, autarquias locais ou empresas públicas, em comissão de serviço, mantendo todos os direitos inerentes ao seu estatuto profissional, considerando-se todo o período da comissão como serviço prestado no IBTAM.

3 — Os trabalhadores em comissão de serviço, nos termos dos números anteriores, poderão optar pelo vencimento anteriormente auferido no seu quadro de origem ou pelo correspondente às funções que vão desempenhar.

4 — O vencimento dos trabalhadores em comissão de serviço constituirá encargo da entidade onde se encontrem a exercer efectivamente funções.

CAPITULO V

Da fiscalização, transgressões e sanções

Art. 28.º — 1 — O Instituto definirá normas sobre a produção, matérias-primas a empregar, qualificação dos produtos, mínimos de qualidade, preços mínimos sobre distribuição e comercialização e à produção.

2 — Todo o produtor, distribuidor e comerciante de bordados, tapeçarias e artesanato em geral fica sujeito à acção disciplinar do Instituto e, pela inobservância do preceituado no presente decreto, incorre nas respectivas sanções.

Art. 29.º — 1 — O Instituto procederá à fiscalização da produção, distribuição e comércio dos artefactos, bordados, tapeçarias e artesanato.

2 — Os funcionários do Instituto encarregados do serviço de fiscalização, para os efeitos deste diploma, são considerados agentes da autoridade, podendo levantar autos das diligências que efectuarem, neles exarando as declarações prestadas pelos infractores na justificação ou explicação dos seus actos.

3 — Os funcionários do Instituto encarregados da fiscalização poderão fazer a apreensão dos objectos que se relacionem com a prova de infracção à lei ou às determinações do Instituto.

4 — O acto será sempre assinado pelo funcionário do Instituto que o levantar e, se possível, pelo transgressor, seu representante ou empregado que assistiu à diligência.

5 — A pessoa que impedir as diligências dos funcionários do Instituto, devidamente credenciados, incorrerá nas disposições do artigo 31.º do presente diploma.

Art. 30.º — 1 — A violação do estabelecido neste diploma importa, quando outras penalidades não tenham sido previstas, as seguintes sanções:

- a) Repreensão registada;
- b) Multa de 1000\$ até 10 000\$;
- c) Suspensão de todo o apoio financeiro pelo período de um ano;
- d) Proibição do exercício da actividade.

2 — A venda de mercadorias por preço inferior ao limite fixado ou em condições diferentes das estabelecidas será punida com multa variável entre 5000\$ e 10 000\$.

3 — A produção, distribuição ou venda de mercadorias não permitidas ou de forma diversa da permitida, multa variável de 9000\$ até 10 000\$ acumulada com a apreensão dos objectivos respectivos.

4 — A fuga ao pagamento das taxas, multa de 10 000\$.

5 — No caso de reincidência, a pena será agravada. Na aplicação das sanções será tomado em conta o facto de reincidência.

Art.º 31.º — 1 — Compete ao conselho administrativo do IBTAM a aplicação das sanções previstas no artigo anterior.

2 — A proibição do exercício da actividade é

da competência do conselho do artesanato do IBTAM.

Art. 32.º Se as multas não forem pagas voluntariamente, no prazo de trinta dias, serão os autos enviados ao tribunal competente e os infractores julgados em processo de transgressão.

Art. 33.º — 1 — Das deliberações da direcção ou do conselho administrativo cabe recurso para o conselho do artesanato; das deliberações deste acerca da matéria prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 30.º cabe recurso para a competente Secretaria Regional.

2 — Os recursos previstos no presente diploma deverão ser interpostos no prazo de vinte dias, a contar da data da notificação da deliberação recorrida, devendo as alegações ser apresentadas com o requerimento de interposição do recurso.

3 — As questões suscitadas no foro da actividade do IBTAM serão apreciadas pelo competente tribunal judicial.

Art. 34.º Compete ao Governo Regional regulamentar a matéria contida no presente diploma.

Art. 35.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 1 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 10 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

Preço deste número: 27\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries	Ano 1 100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série	650\$	>	350\$
A 2.ª série	650\$00	>	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»